

GT 07 – Educação de Crianças de 0 a 6 Anos**EDUCAÇÃO INFANTIL DO/NO CAMPO: A GARANTIA DE PERMANÊNCIA DAS CRIANÇAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS RURAIS**Silvana Aparecida Bretas (UFS)¹Elis Regina Nunes Mota Araújo (UFS)²

O presente ensaio pretende caracterizar algumas práticas educativas da educação infantil na perspectiva das reivindicações por uma educação do campo no Estado de Sergipe. Os resultados aqui apresentados compõem o processo inicial do projeto de pesquisa apresentado e aprovado ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe. No âmbito geral do projeto, a proposta metodológica contempla dois procedimentos de coleta de dados, um de abordagem quantitativa que tem por fim verificar a demanda demográfica e sócio-cultural atendida pelas escolas rurais (agricultores, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas); observar a oferta para as crianças de 0-6; coletar dados sobre a infraestrutura, equipamentos e materiais escolares; analisar a existência de atividades especializadas para educação infantil e o transporte escolar. A coleta desses dados se fará a partir dos bancos de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Na abordagem qualitativa, foi escolhido um município interiorano com características rurais devido ao número de habitantes e das atividades econômicas tipicamente agrárias. Além disso, a presença de grupos quilombolas, comunidades indígenas e sertanejas formam uma diversidade sócio-cultural própria do campo sergipano. Para coletar os dados de tamanha diversidade e, ainda, penetrar no cotidiano das práticas educativas da educação infantil no meio rural, é necessário uma inserção inicial das pesquisadoras nesse universo para

¹ Professora do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

² Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe.

o estabelecimento de critérios para a escolha dos informantes. Os resultados aqui tratados são os de ordem qualitativa, pois o objetivo é, além de caracterizar as práticas educativas da Educação Infantil, debater o percurso metodológico que permitiu tais resultados.

A perspectiva histórica, aqui adotada, toma o movimento social de luta pela terra como elemento fundamental para a emergência da especificidade da educação da infância no meio rural. No contexto dessa luta, a compreensão não perpassa apenas pela reivindicação da terra e condições de existência material, mas o protagonismo da população do campo como grupo social produtor de conhecimento, de cultura e de formas de vida, portanto, uma educação orgânica a essa comunidade deve trazer em si tais elementos como propositura educativa.

Acrescentando a essa perspectiva histórica, consideraram-se também os atuais e recentes debates sobre o tema em questão. No âmago do assunto, a obra de Lima, Leal e Soares (2011), “Educação Infantil: construindo caminhos”, traz a relevância social das pesquisas sobre a educação infantil na perspectiva da educação do campo e problematiza a formação identitária das crianças nas dimensões local e universal. Já a obra coletiva organizada por Silva, Pasuch e Silva (2012) “Educação Infantil do Campo”, situa a organização dos movimentos sociais pela terra, suas pautas de reivindicação, bem como, os documentos decorrentes que demandaram esforços políticos do estado brasileiro para regulamentar esse setor social da educação. A partir daí concentra suas reflexões para além da oferta de vagas, aprofundando a natureza pedagógica deste nível de ensino no contexto sócio-cultural do campo. No conjunto das obras temáticas pode-se afirmar que a tese defendida é que os pequenos moradores de áreas rurais constituem-se com singularidades sociais e culturais do campo e, como forma de vida, têm o direito, indiscutível e inadiável, de crescerem como tais, se reconhecerem e se orgulharem do que são.

Na convivência inicial com os sujeitos desta pesquisa, professoras, crianças, pais e comunidade, foi observado um aspecto bastante interessante, pois mesmo num pequeno município do sertão de Sergipe, cuja característica marcante é tipicamente rural, as crianças dos povoados, dos sítios e das fazendas são hostilizadas como atrasadas, menos inteligente e com pouca chance futura. Fazendo entender e fazendo crer que é vergonhoso ser da zona rural e, portanto, marcando a subjetividade infantil como inferior aos cidadãos da suposta superioridade urbana.

Neste sentido, não basta apenas a oferta de vagas nas escolas rurais infantis. As concepções pedagógicas e, portanto, políticas devem manter uma firme postura em favor da constituição identitária dessa população singular à cultural rural sem, contudo, se restringir a

ela. A visão viciada da pedagogia deve abandonar a ideia de inferioridade rural e, se superar na medida em que entender que a cultura rural, como qualquer cultura, é legítima, original e dialoga com outras formas de vida e com outras formas de ser e estar no mundo. Sendo assim, o questionamento que norteou as buscas investigativas dirigem-se às práticas educativas para desvendar até que ponto reforçam o *status quo* ou, pelo contrário, emergem orgânicas ao modo de viver e produzir no meio rural.

Considerando toda esta reflexão e debate sobre a relevância da oferta e demanda de Educação Infantil do/no Campo como um direito das crianças residentes em áreas rurais, discutir-se-á algumas questões de procedimentos metodológicos antes de apresentarmos os dados.

A SONDAGEM INICIAL E SUAS IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

O município onde realizar-se-á essa pesquisa está localizado no alto sertão sergipano, distante a 190 km da capital do estado, faz parte do bioma caatinga e da micro região do São Francisco. Possui uma população de aproximadamente 27.146 habitantes, composta por pequenos comerciantes, agricultores, assentados, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas e sertanejos.

Nosso primeiro momento tivemos o cuidado de conhecer o município, sua praça, seu comércio, seus órgãos oficiais da municipalidade e, especialmente, suas escolas. Pode-se dizer que suas características não remetem aos aspectos de cidade urbanizada com densidade demográfica, muito pelo contrário, uma cidade de porte pequeno, com comércio de pequenos proprietários, não há biblioteca pública, nem cinema, nem museu com um conjunto de casas praticamente ligadas umas as outras refletindo a herança arquitetônica portuguesa. Logo após, entramos em contato com o Secretário Municipal de Educação para explicitar a natureza e os objetivos da pesquisa e solicitar auxílio para a coleta dos dados qualitativos. Assim, o dirigente local nos auxiliou para localizar as escolas, as famílias e o Conselho Municipal de Educação, pois nosso objetivo era conhecer a estrutura das escolas, seu funcionamento, seu trabalho pedagógico com a primeira infância considerando os aspectos sócio-culturais locais. Através de nossas visitas às escolas e às famílias dos povoados nos foi possível aproximar dos sujeitos e interagir com eles para melhor captar as condições da Educação Infantil do/no campo através de suas falas, suas percepções no contexto mais amplo das situações que nos permitiram as análises posteriores.

A utilização do gravador deu-se de forma consentida pelos sujeitos e ampliou a nossa capacidade de registro auxiliado pelo diário de campo. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com sujeitos adultos e, ainda, tivemos a oportunidade de acompanhar algumas práticas educativas em sala de aula.

Nossos trabalhos foram desenvolvidos em um período de quatro dias, tempo insuficiente para que pudéssemos realizar atividades extensivamente em cada local visitado, por isso, foram definidas quatro escolas, sendo três nos povoados e uma na cidade porque, segundo à coordenação geral, tratava-se de uma escola que atendia crianças do campo.

Nossa intenção ao entrevistar pai e mãe das crianças era compreender como a sua própria experiência de vida indica ou não a importância da Educação Infantil para seus filhos. Praticar essa interação com esses sujeitos nos remete ao ensinamento de Ecléa Bosi (2003, p. 65) com relação à escuta que o pesquisador deve se dispor ao realizar esse ato de pesquisa. Suas sugestões nos foram preciosas, pois, de início nossa pouca experiência nos ansiava a falar mais do que escutar os entrevistados. Foi necessário conversar sobre o assunto e estudá-lo para nos aprimorar. Foi então, que esse trecho da obra de Bosi (2003, p. 65) nos pareceu crucial: “[...] O silêncio na pesquisa não é uma técnica, é como que o sacrifício do eu na entrevista que pode trazer como recompensa uma iluminação para as ciências humanas como um todo.” Ou seja, a própria intervenção do pesquisador ao conduzir a pesquisa deve ser questionada, pois não é o fato de admitir que não é neutro na coleta de dados, que nos desobriga a pensar e a repensar nossa postura diante do entrevistado (GATTI, 2002, p. 50). E, além disso, é ele que deve falar, é sua voz que deve ecoar nos resultados e ao pesquisador cabe o papel de fazê-las emergirem e analisá-las segundo seu referencial teórico.

Após essas reflexões, reiniciamos a coleta de depoimentos e, para nossa surpresa inicial, foi constatado que as mães das crianças do primeiro povoado que visitamos, não veem necessidade de escola para a idade de 0 a 3 anos. Não desejam que seus pequenos sejam separados da família paterna ou materna, apesar da inenarrável condição material de vida em que estão submersas. O depoimento mais expressivo considera a escola importante para seus filhos e não mede esforços para mantê-los lá. Entretanto, ao ser questionada sobre colocar a criança pequena na creche, sua resposta é veemente: “Criança pequena na escola não... só maiorzinha... lá pelos quatro... não confio não.” (informação verbal)³.

Juntam-se a ela, outras mães de outros povoados que não desejam e veem a creche como um local adequado para cuidar e educar seus bebês. Lembrando sempre que os

³ : Entrevista realizada no dia 23/04/2012, com a mãe de três crianças na idade de 0 a 7 anos.

movimentos sociais do campo reivindicam as creches, porém, é necessário entender e considerar que esta instituição é uma demanda das sociedades urbanizadas e industrializadas e, mesmo que tenha se tornado um direito social de todas as crianças independente se do meio rural ou do urbano, a população investigada ainda não assimilou nem como um direito e nem com uma necessidade. Não queremos advogar a ideia que as creches, então, não são necessárias, apenas trazer a visão das mães destes locais campestres ao pensar na educação de suas crianças pequenas.

Ainda insistindo no tema, quando levantamos a hipótese de uma creche com qualidade e segurança no município, mais uma vez a mãe é taxativa: “*não, nem assim*”.

Vale registrar que sua casa era de pau-a-pique, sem piso, fogão a lenha, sem portas nos quartos, com goteiras e tudo deixou a entender que, até aquele momento, uma hora da tarde, a família não tinha almoçado, inclusive as crianças. Isso nos indaga muito, porque a creche representaria a possibilidade de um espaço/tempo mais adequado e a chance de uma alimentação regular. No entanto, não são essas questões que preocupam as mães, mas, para elas, o trato e o cuidado com a criança pequena é de sua atribuição ou de outro membro da família. Em sua fala não aponta nenhuma crítica a creche, apenas não considera que deva transferir o que é de seu pertencimento como mãe para uma instituição social e escolar. O sociólogo Corsaro (2011, p. 130) ao falar das famílias das crianças pequenas, afirma que são elas que definem quando querem dividir a responsabilidade de educar com as instituições sociais disponíveis. Segundo ele:

Os pais normalmente decidem quando as crianças começarão a deixar o âmbito familiar e em quais tipos de configurações de pares e instituições seus filhos entrarão. A natureza e o tempo destas decisões dizem respeito às condições culturais; aos valores e as práticas; variam entre culturas e ao longo do tempo. (CORSARO, 2011, p. 130)

Podemos compreender esta não aceitação da creche para as famílias do campo quando pensamos a partir das relações estabelecidas no cotidiano destes sujeitos que, em sua grande maioria, confiam à mulher (mãe, avó, tia) a responsabilidade de cuidar das crianças pequenas, o que não significa dizer que estas mulheres não possuem atividades no trabalho com a terra, fato este que poderia justificar a existência destes espaços para as crianças pequenas. Entretanto, segundo dados coletados na entrevista com o secretário de educação

sobre a existência de creches no município, confirma a fala de nossas informantes “não há oferta de creche porque os pais não buscam creche na zona rural”. (informação verbal)⁴.

Nesse sentido, nosso primeiro critério de escolha de informantes foi estabelecido: mães que desejam as creches e as entendem como importante para a educação de seus filhos e mães cuja compreensão seja contrária a essa. E, ainda, as autoridades educacionais locais que acatam ou não a proposição dos movimentos sociais tendo em vista as demandas locais.

Saindo do espaço da família e adentrando no espaço escolar, fomos visitar a sala de aula da escola municipal da cidade local, onde encontramos as crianças inquietas no meio das tagarelices dando pouca atenção ao que a professora estava desenvolvendo. Em seu mister docente, ela aplicava uma atividade com propósito de alfabetizar as crianças que deveriam ler as letras segundo o seu comando que apontava no quadro: “E de...” , as crianças respondiam: “de abelha” . Enquanto isso, um grupo de crianças inventava um jogo com uma moeda incomodando a professora que pede silêncio, uma criança responde: “nós ta brincando de jogo” (informação verbal)⁵.

Cabe aqui a máxima: se não fosse trágico, seria cômico! A cena em si já entrevê como os sujeitos do ato educativo não dialogam e, por isso, vivem uma prática que não lhes pertencem. Por um lado, a professora quase que cumprindo um ritual de alfabetização mecanizado e sem significado para as crianças. De outro, as crianças indiferentes, num ambiente contrário à prática de estudo e, num movimento de resistência, criando o jogo como forma de interagir e criar relação com seus pares. É quase desnecessário afirmar que a formação identitária das crianças do campo não está, nem longe, contemplada nesta prática observada.

Em outra sala com crianças de 4 – 6 anos, outra cena semelhante se registra: “tia posso fazer o dever com lápis colorido”, “tia não faça dever mais” (informe verbal)⁶. O pedido se referia à vontade de se livrar das atividades escolares e se entregarem as brincadeiras tão mais interessantes e envolventes. O mesmo ambiente de falas, gritos, algazarra e crianças dispersas se repetia em ambas as salas, embora, por diversas vezes, as professoras procuravam pedir silêncio às crianças. O processo alfabetizador também não demonstrava melhor situação, os pequenos não conseguiam identificar as letras apontadas pelas professoras que, provavelmente, vão atribuir o insucesso à ausência de “prontidão” ou à inferioridade cultural do meio rural.

⁴ Diário de campo, 23/04/2014

⁵ Diário de campo, 24/04/2014

⁶ Diário de campo, 24/04/2014

No outro distante e bonito povoado que tivemos a oportunidade de conhecer, a beira do São Francisco, encontramos uma situação *sui generis* das duas escolas municipais que ofertam a educação infantil. Uma das escolas é oficial porque consta no banco de dado do INEP e da estrutura administrativa local, porém lá não encontramos as crianças regularmente matriculadas na Educação Infantil. Perguntamos para o único funcionário porque não havia nem professor e nem alunos, ele nos informou que as crianças não frequentavam essa escola e, sim, outra no mesmo povoado. Essa última, em péssimas condições físicas e de funcionamento onde, de fato, as crianças estavam frequentando. De imediato não entendemos a situação, procuramos o secretário municipal de educação que nos afirmou que as crianças e as professoras estavam na oficial e ficou surpreso quando contamos o que presenciamos. Foi só no outro dia que foi esclarecido que as crianças e as professora ficavam na segunda escola devido ao fato de ser próxima à casa da diretora que, por sua vez, queria evitar subir e descer a ladeira entre a sua casa e a escola oficial. O desmando e a ingerência da escola pública permitem a manipulação e o uso dos espaços em favor exclusivo do interesse particular, não se importando com os direitos fundamentais de crianças que, sem o apoio do adulto, estão à mercê da própria sorte.

Para completar a situação, constatamos que os atrasos de funcionários e professores são bastante comuns e sem prejuízo salarial ou de tempo de serviço, permitindo que os funcionários façam seus próprios horários. Sendo assim, a única prática que observamos foi quando a professora chegou ao avançar da hora, reuniu com as crianças e as colocou para brincar livremente no pátio e foi nos atender. Observamos que ficou incomodada com nossa presença e passou a relatar uma lista das dificuldades para chegar naquele povoado e da ausência de materiais pedagógicos e livros infantis que estavam guardados na sala da diretora.

Persistimos em continuar a pesquisa entrevistando uma mãe que estava na escola esperando sua filha enquanto estudava. Interessante notar que observamos a presença quase integral das mães no horário da escola do filho que, não raras vezes, se juntam aos funcionários e ficam bordando e tecendo seus trabalhos artesanais, como se estivessem em uma praça para produzir uma renda extra, no entanto os funcionários estão em seu horário de trabalho e as mães acompanhando seus filhos, mas tudo parece em uma ordem natural como se tivessem numa mesma condição e sem atribuições diferentes.

Essa mãe avalia que o trabalho da escola é bom no geral, mas teceu críticas, porém com restrições. Pois, quando começou a falar a diretora entrou na sala e se colocou de forma intimidadora não aceitando as colocações da mãe na medida em que intervinha na entrevista. A mãe nos apontou questões tais como; atraso dos professores, regras impostas as crianças e

não aos professores; urgência na obra da escola apontando o governo como o responsável pela situação precária da instituição. Para ela, “*essa escola ta precisando é de tudo... derrubar e fazer outra*”⁷. Mal sabia que a escola oficial de sua filha está em condições muito melhores.

Ainda fez algumas sugestões para resolver os problemas de atraso dos professores que para ela seria solucionado com a contratação de professores moradores locais. Perguntada outra vez sobre a utilização ou não do serviço da creche, volta a dizer que somente colocaria sua criança antes de um ano se não tivesse com quem deixar a mesma ou pela necessidade de trabalhar fora da Ilha. O que corrobora com nossas inferências acima.

Aqui a pesquisa perde seu caráter de análise para ganhar seu poder de denúncia. Se há governos que não se comprometem, que secundarizam a educação ou a manipulam em seu interesse próprio, há também o cidadão comum que em seu espaço de poder local e institucional reproduz as mazelas da administração pública tal qual o mais alto posto do governo. A fraca cidadania brasileira traduzida na falta de compromisso com a infância, com a escola e com a coisa pública. Para Plank (2001, p. 18 -20) essa característica se deve ao fraco sentido de cidadania, própria da formação social do Brasil, e por um grau de desigualdade de renda sem par em qualquer democracia contemporânea. Para ele, a defesa dos objetivos educacionais e as maneiras de alcançá-los pousa sobre um consenso considerável, no entanto, o controle e a manipulação dos meios são gerenciados segundo interesses particulares. Em suas palavras entendemos que:

O fracasso do sistema educacional brasileiro em atingir as metas publicamente declaradas deve ser atribuído ao sucesso na consecução de outros objetivos, percebidos como mais prementes pelas autoridades políticas a cargo do sistema. O presente sistema não apareceu nem permanece por acaso ou descaso, mas por causa da importância atribuída ao cumprimento de objetivos mais urgentes do que a educação. Entre esses objetivos ressaltam como mais importantes a sobrevivência e a promoção política dos próprios; políticos e autoridades públicas. Administrar o sistema de modo a reter o controle sobre os recursos educacionais serve muito bem aos interesses políticos daqueles que estão à frente dele, mesmo quando resulta em descaso em relação aos interesses educacionais das crianças. Na busca por vantagens, os políticos e as autoridades públicas utilizam sistematicamente os recursos educacionais para sedimentar as bases políticas, tanto diretamente, através de promoção de cargos ou proteção dos interesses, educacionais ou não, daqueles cujo apoio exigem. Tais autoridades, sem dúvida, incluem a elite capitalista e seus representantes, embora dificilmente se limitem a esse grupo.

A partir da realidade exposta e de nossa compreensão a respeito, estabelecemos o segundo critério de escolha dos futuros informantes: um funcionários de ambas as escolas, as

⁷ Grifos nossos.

mães presentes na escola ao longo do tempo escolar do filho, a diretora e uma professora da educação infantil, cujas práticas serão observadas.

Finalmente fomos visitar a última escola do terceiro povoado do município sergipano, localizado a mais ou menos 50 km da cidade. Entrevistamos três mães em suas residências e não tivemos oportunidade de observar as práticas escolares porque a escola estava fechada e não se tinha notícia quando seria reaberta⁸.

De modo geral, as mães, contrário de outras, gostam da escola e não se importam em deixar seus filhos na creche e confere importância à formação infantil através da educação escolar. No entanto, reclamava que as constantes ausências das professoras e da diretora impediam a efetivação do direito básico à educação.

Neste povoado, devido a situação que nos impedia de observar as práticas educativas, nos voltamos ao contexto mais geral do local. Paisagem do alto sertão, gramas secas, poeira, pouca água, casas simples, mulheres trabalhando na roça ou na casa e crianças já integradas na lida com o gado, no trato com a palma ou nos serviços domésticos.

A descrição pode transparecer um lugar de difícil sobrevivência que de fato o é, mas a alegria e a relação de afetividade entre os membros da família foi uma constante. Nos surpreendiam como as crianças se interagem com os adultos e o modo como se relacionam ao universo do campo, reafirmando este local como um espaço de cultura, de produção, de saberes e modo de sobrevivência que, não obstante à dureza do sertão, traz a leveza da simplicidade vida e da continuidade desse espaço e tempo nos gestos da infância integrada.

Fica a questão em aberto: se as práticas pedagógicas incorporam esta riqueza ou se, ao contrário, as esmaga e as reinterpreta no ressequido mecanicismo escolar de só privilegiar um modo de ensinar e de aprender?

Para buscar as respostas procuremos entrevistar a diretora, inclusive fora da escola, para verificar a sua compreensão de educação infantil e, manter uma permanência maior neste município para observar as práticas pedagógicas e entrevistar a professora que as desenvolve.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar o que tentamos mostrar com esse breve ensaio foi destacar a importância da sondagem inicial da pesquisa de campo para realizar uma escolha criteriosa dos informantes e de seu local de convivência. Essa primeira inserção que acabamos de

⁸ Nesse povoado o secretário municipal de educação nos acompanhou.

demonstrar muito nos ensinou sobre as condições locais e, mais especificamente, sobre o cuidado procedimental que se deve tomar nas práticas de pesquisas de abordagem qualitativa. Pois, temos observado em trabalhos acadêmicos que a escolha dos informantes se recente de critérios bem fundados para confirmar a sua representatividade nos dados colhidos. Isso pode comprometer a apropriação dos dados e os princípios procedimentais da pesquisa que, por ser qualitativa, não nos desobrigar de sermos criteriosos e rigorosos.

Por outro lado, observamos também que é necessário conhecer as demandas por educação infantil do/no campo considerando seus agentes e sujeitos que fazem o seu cotidiano. Os avanços conquistados são legítimos e devem ser exigidos para todas as crianças brasileiras, nisso não se discute, mas é necessário compreender como as mães e a cultura local requerem ou não a educação escolarizada dos pequenos.

Nunca é demais insistir que há necessidade de uma forte política de ensino para afirmar uma identidade da escola da educação infantil, juntamente com a compreensão mais ampliada de cultura do campo, aprofundando as práticas pedagógicas orgânicas a esse grupo social e etário.

Não há nenhuma possibilidade de afirmar que as práticas pedagógicas observadas refletem as reivindicações dos movimentos sociais por escola e por um apoderamento dessas práticas com alteridade campesina. O que constatamos são escolas que ao garantir a vaga, nega o desenvolvimento infantil na sua forma mais genuína que é sua integração com seu grupo social e seu desenvolvimento global que diz respeito à ampliação de suas experiências para além do espaço local.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Oferta e demanda da Educação Infantil do Campo**. Brasília: MEC; Porto Alegre: UFRGS, 2012.

CORSARO, Willian A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre. ArtMed, 2011.

GATTI, M.B. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano, 2002.

LIMA, Fabiana Ramos de; LEAL, Fernanda de Lourdes Almeida; SOARES, Luísa de Marillac Ramos. **Educação Infantil: construindo caminhos**. Campina Grande: EDUFCEG, 2011.

PLANK, David. **Política educacional:** caminhos para a salvação pública. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

SILVA, Ana Paula Soares da; PASUCH, Jaqueline; SILVA, Juliana Bezzon da. **Educação Infantil do Campo.** São Paulo: Cortez, 2012